

Intervenções psicológicas no sistema familiar de adolescentes em liberdade assistida: relatos de experiência*

Francisco Roberto de Carlos¹
Universidade Federal de São Carlos

Leandro Osni Zaniolo²
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

O texto relata uma experiência de mediação psicológica no trabalho de orientação às famílias de adolescentes inseridos nas Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida. As intervenções tinham o objetivo de devolver aos jovens o sentimento de pertencimento a uma família e mediar a resolução de conflitos. O método contou com entrevistas e atendimentos domiciliares com todo o sistema familiar, atendimentos em grupos de famílias na instituição e também com a disponibilização de um serviço de plantão psicológico, para o acolhimento de questões de urgência e emergência. Na percepção do mediador, a retomada da convivência mais saudável com parte, ou até com a família toda, diminuía o desamparo percebido e as ações negativas desses jovens. Resultados do estudo demonstraram a relevância da proposta para a melhoria da qualidade do vínculo dos adolescentes com a família, com a escola e com a sociedade na qual estão inseridos.

This report comes from psychological appointments to families of teenagers within the socio-educational approach of Assisted Freedom. The interventions were carried out to give teenagers the pertaining feeling to a family back and to manage conflict situations. The method included interviews and home appointments with the whole family, appointments in family groups within the institution and also with an available psychological attendance for urgent and emergent matters. In the mediator psychologist view, getting along with the family decreased teenagers feelings of abandonment and also their negative actions. Study results demonstrated the relevance of the proposal to improve the quality of the relationship between adolescents with their family, school and society in which they belong.

* Psychological interventions in assisted freedom teenager's family system: an experience

¹ Psicólogo clínico, orientador de famílias do Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida em Araraquara/SP (2007-2009) e aluno especial do PPG em Psicologia, UFSCar (franciscodecarlo@gmail.com).

² Professor-Assistente Doutor da UNESP, supervisor do Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência – Unidade Auxiliar/FCL – e coordenador de pólo formador em Terapia Comunitária na UNESP/Araraquara/SP. Endereço para correspondências: SP-255, Km 01, Araraquara, SP, 14800-000 (zaniolo@clar.unesp.br).

Palavras-chave: Evasão escolar – Adolescentes – Medida socioeducativa – Intervenções no sistema familiar – Ambiente vulnerável – Agressividade

Keywords: School dropouts – Teenagers – Socio-educational approach – Interventions in the family system – Vulnerable environment – Aggressiveness

Introdução

Este é o relato de uma experiência de mediação psicológica no trabalho de orientação às famílias de adolescentes que cumpriam as *Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida*, durante o ano de 2008, na Rede Salesiana de Ação Social de Araraquara – SP, entidade religiosa que trabalhou por vários anos na localidade em parceria com o Estado e com o município, até a efetivação do processo de municipalização das medidas socioeducativas no final de 2009. Trata-se de trabalho que visava a integração social e recuperação do sentimento de pertencimento ao sistema familiar dos adolescentes inseridos judicialmente na medida.

O psicólogo atuou diretamente no ambiente familiar, percorrendo as periferias da cidade e realizando atendimentos domiciliares, em grupos de famílias e também atendimentos individuais de urgência e emergência na instituição. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu de entrevistas individuais e coletivas, intervenções intra-familiares, palestras e debates em grupos inter-familiares.

A negação do grupo familiar, a ausência da figura de autoridade, a falta total de limites, as condições socioeconômicas desfavoráveis, a drogadição e a localização distante dos bairros foram algumas das contingências que aumentaram o grau de dificuldade para a implementação da proposta de trabalho.

O objetivo deste relato é compartilhar a experiência com outros profissionais que, mesmo provando por vezes o amargo sentimento de impotência e esgotamento de recursos, trabalham direta ou indiretamente com adolescentes que cometeram atos infracionais. Jovens que revelam quadros de isolamento do grupo familiar, buscando muitas vezes nos comportamentos infracionais a sua forma de auto-afirmação, de encontrar os pares para a sua auto-identificação e a construção de substitutos, tais como a “*vida loka*”³, como um provável artifício para evitar pensar nos conflitos que geram seus sofrimentos e que, aparentemente, os impedem de vislumbrar perspectivas futuras num mundo percebido apenas como um ambiente ameaçador.

Durante o desenvolvimento desse trabalho muitas percepções puderam ser evidenciadas, sendo que a falta de confiança em qualquer pessoa parecia ser um traço comum que ligava todos aqueles adolescentes, expressando um claro sinal de viverem em um ambiente totalmente ameaçador.

³ Designação que os adolescentes utilizam para uma vida onde não se pensa em futuro, apenas o aqui e agora é que tem importância e com acesso a todas as possibilidades de experimentação e transgressão das regras estabelecidas, sem qualquer limite ou censura.

A evasão do ambiente escolar também irmanava simbolicamente os adolescentes que, quase em uníssono, diziam não ver qualquer utilidade nos estudos.

Já na fase inicial, inúmeras questões referentes a conflitos familiares foram gradualmente reveladas e isso demonstrou forte demanda de trabalho direto com o sistema familiar desses jovens, com o intuito de restabelecer vínculos dos adolescentes com suas famílias, no sentido literal do seu sentimento de identificação e pertencimento familiar.

A liberdade assistida

Em cumprimento às determinações do juizado da Vara da Infância e Juventude, é oferecido atendimento de orientação a adolescentes, de 12 a 21 anos, que cometeram atos infracionais e foram inseridos judicialmente no Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida. atendimentos individuais aos adolescentes e também às famílias são disponibilizados por orientadores técnicos, com formações profissionais variadas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, título III, capítulo IV, seção V, artigo 119, prevê as atribuições dos orientadores da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e estão assim descritas:

Art. 119º Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso.

Observando a situação

Percepções advindas de um período de observação da situação revelaram a urgente necessidade de despender maior atenção às famílias dos jovens inseridos na medida, como uma forma de potencializar o trabalho realizado pelos orientadores com os adolescentes, a fim de provocar mudanças estruturais e mais permanentes em suas vidas, pretendidas então.

Assim, foi proposto um trabalho de atendimento integrado entre orientadores técnicos, cujos focos foram os adolescentes e o orientador de famílias, abrindo novas frentes para o trabalho, incluindo atendimentos domiciliares com todo o sistema familiar, atendimentos em grupos de famílias na instituição e também a disponibilização de um serviço de plantão psicológico na unidade, para o acolhimento de questões de urgência e emergência.

Boa parte dos adolescentes inseridos na Medida não vivia em grupos familiares compostos por formação padrão, ou seja, com as presenças de pai, mãe e filhos. As configurações familiares eram bastante diversas, havendo adolescentes cujos responsáveis eram somente as mães, os avós, os tios, padrastos, madrastas, o irmão mais velho ou mesmo a assistente social do abrigo municipal. Esse fator parecia gerar alguma dificuldade ou até mesmo o impedimento na aceitação de quaisquer figuras de autoridade na vida desses jovens, porém a situação não se mostrava muito diferente quando se tratava das figuras de pais ou mães biológicos que não conseguiam impor autoridade e respeito aos filhos por inúmeras questões de diversas naturezas.

Sob este aspecto, Santos e colaboradores (2008) nos informam que, segundo pesquisa realizada, adolescentes em conflito com a lei que foram entrevistados reconheceram a importância da figura do pai como alguém que teria a autoridade necessária para impor-lhes as regras e deveres, evitando assim o seu envolvimento em atos infracionais, bem como inibindo o uso de drogas. Eles também consideraram a figura da mãe insuficiente para impor autoridade diante dos filhos, por se tratar de figura carinhosa, e que, mesmo aplicando castigos e tentando impor limites, não consegue obter sucesso. Os autores ainda localizam na família a grande redenção para o problema da socialização do adolescente.

Nossa pesquisa revela que a família representa o importante referencial na formação do ser social integrado à sociedade, compreendendo as ações da vida cotidiana através da socialização. A família é uma instituição que proporciona ao indivíduo ter o contato com a sociedade e tornar-se integrante dela (SANTOS et al., 2008; p. 7)

Assim, gradualmente foi reforçada a idéia de que um trabalho de mediação com todo o sistema familiar poderia ajudar tanto os adolescentes quanto os demais integrantes do grupo a se perceberem melhor e a provocarem mudanças positivas nas relações familiares.

Cientes de que estaríamos tratando de questões delicadas e que não se resolveriam rapidamente, já tínhamos como suposto que seria preciso muita paciência e persistência para colhemos algum resultado.

O início do trabalho com as famílias

A primeira etapa do trabalho constou da realização de discussões e mediações com grupos de famílias variadas, até então sem uma programação temática previamente definida a ser utilizada. A idéia inicial foi ouvir os integrantes para que um diagnóstico pudesse ser elaborado e servisse de suporte para uma programação posterior. Vale destacar que no início, quando os pais e/ou responsáveis chegavam para o grupo de famílias, havia uma aparente revolta, com a expressão de indignações por terem que frequentar essa ou aquela atividade em consequência de um ato infracional que não teria sido cometido por eles. Referiam-se a eles próprios como injustiçados e castigados pelo ato do filho e/ou tutelado. Tal contestação era acolhida, porém eram sempre solicitados a depositarem um voto de confiança no trabalho, pois a intenção não seria punir ninguém, mas, ao contrário, seria ajudá-los a descobrir caminhos para melhorarem as relações familiares e, com isso, amenizar os conflitos que a maioria deles verbalizava naquela ocasião. Tal situação passou a ser repetida todas as vezes em que novos integrantes surgiam nos encontros dos grupos de famílias.

Com o tempo, os encontros com os grupos passaram a ter caráter temático e visavam também o fornecimento de informações técnicas e conhecimentos científicos específicos, mas sempre valorizando os conhecimentos e informações que cada grupo familiar compartilhava com os demais integrantes.

A metodologia do trabalho envolvia assim uma técnica de grupo, que era aplicada para aquecimento e também para ilustrar a discussão e os debates de idéias que viriam na sequência, a partir do tema proposto. Desenhos, colagens, painéis, músicas, textos, exibição de filmes e vídeos temáticos ajudavam a fomentar as discussões.

Vários temas orientavam os trabalhos com os grupos de famílias na instituição, tais como: “Tomando decisões”, “Dependência química e co-dependência”, “O sistema familiar e suas reações”, “Ansiedade, culpa e aceitação”, “Resgatando a identidade e os laços afetivos com a família”, “O acúmulo de perdas e a manutenção da capacidade de amar”, “O amor entre pais e filhos”, “Superando obstáculos”, dentre outros. Os temas abriam um universo de questões para que cada experiência fosse ali compartilhada com os integrantes do grupo de famílias e a reflexão se processasse a partir do referencial que o outro fornecia. Cada história deixava de ser percebida como única e passava a ser reconhecida como semelhante a outras tantas.

Os primeiros diagnósticos

Nos primeiros encontros dos grupos de famílias já começavam a surgir algumas das possíveis causas colaboradoras para a instalação dos conflitos entre os adolescentes e suas famílias. Falta de limites impostos pelos responsáveis, a não ocupação da função de pai e da função de mãe no desenvolvimento do jovem “principalmente com o caráter claro de educador, ausência de figura masculina positiva no cotidiano familiar do jovem, o não acompanhamento dos responsáveis nas atividades escolares ou qualquer outra que os adolescentes estivessem desempenhando, o não reconhecimento das figuras de autoridade do grupo familiar pelos adolescentes, algumas dificuldades dos responsáveis em se relacionarem de forma mais afetiva com os filhos e/ou tutelados, a falta de confiança nas pessoas e no sistema familiar, dentre outras questões, pareciam estar provocando nos adolescentes uma necessidade de fuga.

As entradas e saídas de novos personagens no núcleo familiar, como padrastos, madrastas, parentes próximos, cuidadores, tutores “com movimentação relativamente grande para o entendimento de uma criança, muitas vezes não eram aprovadas ou assimiladas e pareciam gerar insegurança nos jovens, reforçando a necessidade de estabelecerem rotas de fuga.

Contudo, esses dados parecem não ser determinantes para a instalação de comportamento infrator, tanto que Sento-Sé (2003) revelou que aproximadamente 90% dos jovens entrevistados em sua pesquisa viviam com os pais ou outros familiares quando do envolvimento com o ato infracional. Não obstante, no decorrer do presente trabalho, o fator insegurança no grupo familiar revelou-se como aspecto bastante significativo e foi verbalizado pelos adolescentes como um elemento motivador para a busca de uma nova organização grupal que se mostrasse capaz de proporcionar a contenção para as suas inquietações.

Calligaris (2000) alega que os adolescentes contemporâneos, em geral, considerarão que a sua verdadeira comunidade não é a família, sentindo-se recusados pelas infundáveis exigências que o mundo adulto lhes impõe sem dar-lhes, ao menos, alguma perspectiva de quando isso tudo irá terminar. Acrescenta que, muito provavelmente, são levados a pensar assim por causa das crises às quais as famílias têm sido submetidas, observando que tais crises encontram como base as inquietações juvenis que os pais ainda nutrem dentro deles próprios, com ânsia de rebeldia e liberdade, conflitantes, portanto, com a imposição de responsabilidades inerentes às funções de pais e educadores, o que culmina na recusa dos pais em assumirem satisfatoriamente as responsabilidades de uma família.

Ainda segundo aquele autor, após a sensação da recusa o adolescente se afasta dos adultos e cria pequenas sociedades, procurando uma integração mais rápida e com critérios de admissão mais explícitos, julgando-os, aparentemente, mais possíveis de serem cumpridos.

Os grupos aos quais o jovem se dirige podem ter diversas configurações e densidades, com exigências para o seu ingresso que vão desde um visual específico, como uma tatuagem ou uma modificação corporal, até um pacto de sangue ou a participação em atos de responsabilidade coletiva indissolúvel, com possibilidades do cometimento de roubos, estupros ou homicídios que gerem uma culpa comum e se tornam “segredos coletivamente compartilhados”.

No trabalho de mediação desenvolvido, foi possível evidenciar que o acúmulo de perguntas sem respostas, até sobre a própria origem ou paternidade, a dificuldade de expressar discordâncias, a sensação de impotência e de fracasso diante de um grupo familiar que o adolescente não conseguiu aceitar ou com o qual não conseguiu se identificar, a dificuldade de suportar situações desagradáveis, foram alguns dos motivos apontados para o início do embotamento afetivo e um conseqüente comportamento de isolamento dentro da própria família. O envolvimento com as drogas, a busca do grupo de referência (amigos que se agrupam por comportamentos semelhantes), a evasão escolar, o desinteresse por qualquer atividade pró-ativa, o desprezo pela idéia de futuro, o abandono da capacidade de sonhar, a negação do grupo familiar, dentre outras atitudes, se mostraram caminhos viáveis para esses adolescentes diante de um sistema familiar que, segundo eles, não lhes fornecia possibilidades de estabelecerem vínculos afetivos e sentimento de pertencimento.

Uma sensação de vazio nos jovens parecia resultar desta constatação e tornava-se um refúgio, algo como uma bolha dentro do próprio sistema familiar, a que ninguém teria acesso a não ser o adolescente, rotulado como um problema pelos demais membros da família. Uma possível explicação para esse isolamento dentro do grupo familiar pode estar na idealização pelo adolescente de uma família que não se configura na realidade, gerando frustração resultante das constantes situações de tentativas infrutíferas em vincular-se afetivamente.

Lima (2003) aponta que os adolescentes autores de atos infracionais que foram pesquisados associaram laços familiares a conflitos ou violência, na medida em que tais fatores estão presentes em boa parte de seus lares, porém eles demonstraram manter a idealização de grupos familiares como sendo formado por pessoas que convivem, que se comprometem uns com os outros e que compartilham experiências. Parece que as expectativas em determinados momentos cedem lugar à realidade dos lares onde esses adolescentes estão inseridos e a frustração resultante dá-lhes a sensação da impossibilidade do estabelecimento de vínculos afetivos e de pertencimento. Zamora (2008) acrescenta que “meninos e meninas acreditam no poder da família em ajudá-los a reconstruir suas trajetórias de vida, mesmo que o vínculo seja precário, para nossos padrões.” (ZAMORA, 2008; p. 11)

Todas essas percepções eram referidas e tratadas coletivamente durante os grupos de pais e/ou responsáveis, porém um olhar um pouco mais individualizado para cada sistema familiar se mostrava necessário, até como forma de propiciar que os membros se percebessem reciprocamente diante de sua realidade específica e clarificar as possíveis origens dos problemas sintomáticos vivenciados naquele momento, e que geravam tantas queixas.

Os atendimentos domiciliares

Paralelamente ao trabalho nos grupos de famílias, foram iniciados os atendimentos domiciliares com o sistema familiar de cada adolescente inserido na medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A idéia foi reunir o máximo de componentes do núcleo familiar em um atendimento conjunto, no próprio ambiente onde viviam, possibilitando que todos os atores daquele sistema familiar pudessem se apropriar dos problemas, queixas, reivindicações, idéias, sugestões, dificuldades, frustrações, desejos e demais questões identificadas durante os atendimentos, viabilizando o (re)estabelecimento do diálogo entre os integrantes do grupo.

Tal iniciativa seguia um princípio segundo o qual a compreensão por parte de todos os membros do grupo, de si e do contexto familiar e social onde o adolescente estivesse inserido poderia substituir as formas mais impositivas de contenção de comportamentos negativos. Ainda que baseados em outra realidade, Santos e colaboradores (2008) parecem constatar tal necessidade de mudança na maneira de interagir com essa questão, conforme sua citação:

Esses educadores que lidam cotidianamente com jovens infratores precisam substituir a força e a imposição pela compreensão de si e do jovem apenas numa relação mútua de reciprocidade e reconhecimento (SANTOS et al., 2008; p. 10).

A aprovação da idéia dos atendimentos domiciliares pelo grupo de famílias foi imediata, pois a maioria dos participantes achou muito interessante contar com um psicólogo em sua casa para tentar abordar conjuntamente o que parecia tão difícil quando olhado pelo prisma do indivíduo. Talvez uma fantasia pudesse sustentar a idéia de que um profissional pudesse ter soluções mágicas que os tirassem das situações aflitivas e conflituosas.

Uma dúvida passava a rondar o planejamento da nova modalidade de atendimento àquele público específico. Quais as técnicas que seriam mais indicadas para trabalhar tais sistemas familiares em seus ambientes domiciliares?

Por se tratar de um grupo social que demonstrava lidar bastante com o pensamento concreto e parecia apresentar certa dificuldade com a abstração, intuía-se que não poderia ser utilizado algum recurso muito complicado ao seu entendimento e disposição.

Outra dificuldade percebida dizia respeito ao ambiente, pois alguns domicílios não dispunham sequer de uma mesa com cadeiras e seria preciso estar preparado para realizar o atendimento em qualquer lugar. Também precisaria ser algo bastante versátil e fácil de transportar, pois os atendimentos se dariam em todo o cinturão periférico que rodeia a cidade, locais distantes e teríamos que organizar de forma a não perdermos muito tempo nos trajetos, aproveitando esse tempo para realizarmos mais atendimentos.

O transporte dos profissionais para a realização desse trabalho foi fornecido pela prefeitura, através de parceria com o programa de Liberdade Assistida. O psicólogo e uma estagiária compunham a equipe que deveria realizar esse trabalho por três dias da semana – de acordo com a disponibilidade possível do transporte que ocorria por três dias na semana, em horários que abrangiam o período da tarde e algumas horas da noite.

As famílias eram agendadas antecipadamente e se preparavam para receber a equipe, às vezes com bolo, café ou suco, dependendo da situação financeira momentânea de cada grupo. Em várias ocasiões era perceptível a frustração das famílias por não terem o que oferecer, embora procurássemos deixar claro que não havia necessidade para tal preocupação, e a solicitação de um copo de água ajudava a suprir esse sentimento de falta que expressavam.

Surge uma nova técnica: “As encenações familiares”

Buscando ampliar o vínculo criado com as famílias nos atendimentos em grupo, realizados na unidade do programa de Liberdade Assistida, houve a preocupação com a linguagem que usaríamos nos atendimentos domiciliares. A idéia foi continuar trabalhando as exemplificações de maneira visual, concreta e facilmente acessíveis aos participantes de todo o sistema familiar durante o atendimento, porém, não poderíamos trabalhar com cartazes, painéis ou qualquer material que pudesse ter a sua instalação dificultada nos locais.

Foi, então, desenvolvido um instrumento intitulado “Encenações Familiares”, cuja caracterização será objeto de um próximo artigo, em que serão detalhadas a construção do instrumento bem como a sua aplicação. Contudo, é importante comentar, por ora, que se trata de um recurso que se utilizou de materiais simples para ser criado, como placas de material emborrachado, barbante, cola e tesoura para moldar figuras humanas que seriam a chave do trabalho.

A movimentação das figuras, representando cada membro do sistema familiar, visava fornecer o estímulo que faltava para a realização do trabalho. A expressão e o reconhecimento de cada membro, de maneira projetiva, visavam ajudar a (re)compôr o sistema familiar, antes, durante e depois da instalação do conflito apontado.

A cada novo atendimento podia ser evidenciado o quanto essa nova técnica se mostrava adequada aos propósitos do mediador e também ajudava os integrantes do sistema familiar a visualizarem-se recíproca e concretamente no conjunto de personagens familiares, a perceberem o lugar que ocupavam, quais seriam as possíveis reações dos demais diante de sua negação, quais seriam as conseqüências que cada movimento negativo gerava e quais seriam as reais intenções e desejos de cada membro ali representado.

A percepção dos conflitos

A cada nova residência visitada, inúmeras questões eram abordadas, porém começavam a se revelar traços comuns entre os comportamentos de pais e adolescentes. Dentre as queixas dos pais, estava o abandono da escola, porém quando questionados sobre o acompanhamento das lições e o interesse dos responsáveis pelos estudos dos filhos, eles sempre demonstravam certo distanciamento da questão, por vezes sem saber mesmo em que série o filho estaria matriculado. O filho tinha a oportunidade de relatar as suas queixas quanto a isso e como ele gostaria que pudesse ser, caso fosse possível ser diferente.

Os pais sempre se referiam à escola como uma oportunidade futura de melhorar as opções de emprego e quase nunca pensavam na formação integral do filho.

A drogadição também era um assunto bem freqüente durante os atendimentos, assim como a falta de responsabilidade dos adolescentes, principalmente no que dizia respeito à colaboração com questões domésticas e financeiras, porém os responsáveis não conseguiam impor limites e continuavam suprimindo os adolescentes em suas necessidades materiais sem muitas regras, apenas com reclamações, cobranças e discussões posteriores.

Conforme nos aponta Tiba (2007), os adultos precisam ser conscientizados de sua influência sobre os atos futuros dos mais jovens. Numa reflexão sobre os inúmeros apelos que cercam as crianças desde a mais tenra idade, o autor infere que elas são sempre bombardeadas pelo meio social e familiar, com mensagens que valorizam alguns vícios, como a bebida e o cigarro, e os pais não apresentam a percepção de sua colaboração na formação do problema, na maioria das vezes.

Segundo esse autor, as propagandas de televisão sempre associam bebidas alcoólicas com alegria, gente em situação de bem estar, e os pais – assim como demais adultos que servem de referência “ são vistos pelas crianças fumando e bebendo, seja em casa, em festas ou reuniões sociais, logo ela poderá concluir: “Pra ser um adulto eu tenho que beber cerveja e fumar!”, instalando-se aí uma situação de “paquera” com o vício. Daí até ao momento de experimentação e dependência são considerados os demais fatores que levam um jovem predisposto a se “casar” com algum tipo de adicção. A porta de entrada, em muitos casos, pode ter sido aberta pela própria família sem que esta, ao menos, suspeitasse disso.

Durante os atendimentos domiciliares, todas essas questões eram evidenciadas simultaneamente pelos membros, as queixas, as justificativas, as falhas, os acertos, chegando também à busca de alternativas viáveis e realizáveis.

A reflexão conjunta sobre os conflitos e soluções era sempre o ponto alto do trabalho. Quando alguma questão parecia não oferecer possibilidade de compartilhamento com os demais componentes do grupo familiar ou quando as relações se mostravam por demais conflituosas, era proposto aos membros o serviço de plantão psicológico para dar um suporte extra àquelas questões. Em vários casos pôde ser constatada melhora significativa do envolvimento positivo do familiar atendido no plantão psicológico com os demais membros do seu respectivo núcleo, resultando em ganhos substanciais nas relações familiares.

Alguns resultados obtidos

Pais e responsáveis passaram a freqüentar mais assiduamente os grupos de famílias e passou a ser bastante notória uma aproximação maior entre eles e o programa de Liberdade Assistida, fechando assim a base do trabalho entre a instituição, o adolescente inserido na medida socioeducativa de Liberdade Assistida e o núcleo familiar onde o jovem estava inserido.

A família também passou a apresentar maior acompanhamento dos adolescentes no retorno à escola, aumentando assim o número de jovens da medida matriculados e frequentando as aulas.

Vários adolescentes que apresentavam conflitos e dificuldades relacionais extremas com familiares passaram a demonstrar maior valorização da família e isso parecia gerar um comportamento mais tranqüilo por parte desses jovens.

Na percepção do mediador, era como se o mundo externo parecesse menos ameaçador para alguns adolescentes, após a retomada da convivência mais saudável com parte da família ou, em alguns casos, com o grupo familiar todo. Davam a impressão de abandonar a sensação de desamparo que antes parecia orientar as suas ações negativas.

Familiares atendidos individualmente nos plantões psicológicos relataram suas percepções do quanto das questões pessoais não resolvidas estaria sendo repassado ao membro rotulado como “problema” do núcleo familiar, gerando ainda mais tensão nas relações gerais desses adolescentes. Muitos eram os problemas relacionais levantados nesses atendimentos, os quais pudemos confrontar com experiências vivenciadas em outras regiões do país.

Em artigo publicado nos anais científicos, Feijó e Assis (2004, p. 160-161) nos informam que, segundo pesquisa feita em 1997 entre jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro e Recife, em 37,7% dos casos a figura paterna era ausente, quer fosse por ter morrido ou porque o jovem nem o conheceu, obrigando as mães a assumirem sozinhas as responsabilidades com as despesas da casa e também com a educação dos filhos. Nesses casos, elas saíam de casa para trabalhar e deixavam as crianças com os outros ou até entregues aos próprios cuidados. Significativamente, em lares onde os pais viviam juntos “ 21,3% dos pesquisados, na maioria das famílias desses adolescentes a infra-estrutura era também prejudicada, tanto em termos financeiros como emocionais, ocasionando igualmente o isolamento de um ou mais membros do grupo.

Serapioni (2005; p. 7), ao analisar o papel das famílias e das redes primárias de relacionamento, apresentou dados em que 73,3% dos grupos familiares eram do tipo nuclear, porém 40% delas apresentavam problemas na dinâmica de interação entre os membros. Um dado que se mostrou surpreendente foi que 64% dos pais que co-habitavam tais famílias eram considerados ausentes pelas mães entrevistadas.

Diante de todos esses dados, foi possível inferir que, após as intervenções realizadas nos sistemas familiares, quer seja através dos Atendimentos Domiciliares com o grupo familiar, quer seja através dos Plantões Psicológicos e também dos Grupos de Famílias realizados na Unidade do serviço, alguns adolescentes atendidos passaram a estabelecer relacionamentos mais próximos com a figura paterna – alguns chegando até a trabalhar no mesmo local que o pai “ e, conforme relato próprio ou da mãe, passaram a demonstrar maior otimismo diante da vida, valorizar a família, viver melhor as relações sociais e, em alguns casos, abandonando o uso de drogas voluntariamente. Vários deles relataram suas experiências com o tráfico de drogas, a maneira como pensavam durante a fase aguda da drogadição, enfim, nos momentos em que eles não conseguiam aceitar ajuda e tinham a revolta como a grande companheira.

Respalhando alguns dos resultados verificados, Silva (2008) relatou em seu artigo que, em relação aos comportamentos anti-sociais apresentados por adolescentes pesquisados, de acordo com o modelo desenvolvimentista do comportamento anti-social, práticas parentais inadequadas podem estar associadas a variáveis que influenciam os jovens, como o comportamento anti-social de avós e pais,

manejo familiar empobrecido, baixa escolaridade e estressores situacionais (por exemplo, desemprego, conflitos conjugais e separação do casal). A autora afirma que essas famílias são menos funcionais, menos positivas e inconsistentes, podendo facilitar o comportamento anti-social dos membros do grupo familiar, principalmente dos adolescentes.

Certamente que a apropriação dos conteúdos que foram objeto dos atendimentos individuais ou coletivos segue o tempo de cada pessoa e a sua disposição para assimilar e se propor a operar mudanças. Porém, foi possível perceber uma melhora significativa nas relações dos adolescentes com os orientadores do programa, com familiares e com o grupo social que os envolvia.

Perspectivas de continuidade

Há muito a ser feito e aperfeiçoado para que as intervenções possam se mostrar ainda mais eficazes, principalmente no que tange à maior valorização da escola pelos adolescentes e familiares. Uma meta a ser implantada é o aumento da divulgação de programas que viabilizem o acesso desses adolescentes ao ensino universitário, desmistificando assim a crença de que o ensino superior é somente para privilegiados, pré-conceito que permeia boa parte dessa classe social.

Todas as questões aqui tratadas dizem respeito ao universo adolescente de um modo geral e, nesse caso especificamente, tratamos da população que tem o ato infracional como um traço em comum, contudo, em contextos similares e em dinâmicas familiares semelhantes, outros adolescentes podem partir do isolamento ou do ponto de fuga para outros tipos de atos de irreverência. Um olhar menos punitivo e mais educativo poderia, talvez, estar mais em sintonia com o que preconiza o ECA, conforme nos alerta o texto abaixo:

Arrastar o problema do jovem no Brasil para o âmbito prisional sem que jamais ele tivesse sido tratado decentemente no âmbito educacional é triste, irresponsável e abusivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma conquista extraordinária e frágil. Mal foi aplicado em sua íntegra e fileiras se formam para derrubá-lo. Todo cuidado é pouco. Nesse momento devemos protegê-lo com as duas mãos frente aos que querem derrotar a vitória imensa da sociedade civil organizada que fez despertar, pela primeira vez, a perspectiva de um futuro cidadão para as crianças e para os adolescentes brasileiros (ENDO, 2007; pp. 4-5)

Por fim, o propósito deste artigo é compartilhar o relato de uma experiência que mostrou potencialidades para um aprofundamento maior sobre vários de seus aspectos, sugerindo caminhos que merecem ainda maiores estudos.

Entretanto, parece ter ficado demonstrada a sua contribuição para a melhoria da qualidade do vínculo dos adolescentes com a família, com a escola e com a sociedade na qual estão inseridos, favorecendo positivamente o seu desenvolvimento integral de maneira saudável e promissora.

Referências bibliográficas

CALLIGARIS, C. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

ENDO, P. As muitas mortes de João. *Polêmica*, 19: 1-6, Jan-Mar. 2007.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9(1): 157-66, 2004.

LIMA, S.C.P. *O bem e o mal da lei: a liberdade assistida sob a perspectiva do adolescente infrator*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990, título III, capítulo IV, seção V, artigo 119. Brasília: Governo Federal, 1990.

SANTOS, F.B. et al. Limites e possibilidades das medidas sócio-educativas aplicadas a jovens apenados. Maceió: *Anais do Congresso Nacional de Segurança Pública*, 2008 (Disponível em <http://www.nucleo.ufal.br/gepsojur/anais-connasp/eixos/GSC-35.pdf>).

SENTO-SÉ, J.T. (Coord.). *Perfil do jovem em conflito com a lei no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC/UCAM e LAV/UERJ, 2003 (Disponível em: http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/Relatorio_DEGASE.zip).

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência & saúde coletiva*, 10(sup.): 243-53, 2005.

SILVA, M.D.F.D.T. et al. Adversidade familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não-infratores. *Psicologia em Estudo*, 13(4): 791-98, 2008.

TIBA, I. *Juventude & Drogas: anjos caídos*. São Paulo: Integrare, 2007.

ZAMORA, M.H. Adolescentes em conflito com a lei: um breve exame da produção recente em psicologia. *Polêmica*, 7(2): 7-20, 2008.